



CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DO IPOJUCA: INCLUSÃO SOCIAL, TRANSFORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

Valdilene Valdice de Santana
Amara Lúcia Barreto Lins
Daiana Marques da Silva
Emmanuel Arruda Cane Aguiar
Lucas Muccini de Vasconcelos

RESUMO

O Centro Municipal de Educação Profissional do Ipojuca – CEMEP foi instituído pelo Decreto Nº227/2015. De acordo com o aparato legal, o CEMEP passou a integrar o Programa Municipal de Educação e Qualificação Profissional, coordenado pela secretaria de educação. Foi criado para qualificar profissionais para o atendimento das demandas decorrentes dos investimentos produtivos municipais, das obras estruturais, das demandas turísticas e culturais, do empreendedorismo individual, da economia solidária, do incremento da capacidade de geração de renda, dos programas especiais para inclusão social e produtiva. Diante do exposto, a presente pesquisa tem como objetivo descrever as ações do projeto Qualifica/CEMEP e apresentar os resultados evidenciando a importância da qualificação profissional como política pública educacional e a inserção no mercado de trabalho. A pesquisa traz, em suma, relato de experiência vivenciado pelo projeto Qualifica/CEMEP durante os anos de 2021/2022 e percorreu uma metodologia qualitativa descritiva a partir de estudos sobre as ações realizadas e seus reflexos para a sociedade ipojucana. O diferencial do projeto foi trabalhar a formação profissional e a inclusão social de forma emancipatória e, na perspectiva de formar cidadãos/ãs qualificados para o mercado de trabalho e para a vida em sociedade, promovendo assim a equidade na aplicabilidade das políticas públicas educacionais.

Palavras-chave: Políticas públicas, Qualifica CEMEP, Mercado de trabalho, Práticas sociais.

INTRODUÇÃO

A Secretaria Municipal de Educação do Ipojuca, ao assumir o compromisso de assegurar a todos/as munícipes o direito à integralidade de uma educação pública de qualidade e, visando intervir no enfrentamento das vulnerabilidades sociais implementou em janeiro de 2021 o Projeto: Qualifica/CEMEP, com um conjunto de ações voltadas à inclusão, transformação social e qualificação profissional, no espaço da Escola Social, denominada como: Centro Municipal de Educação Profissional do Ipojuca.



O projeto vem oferecendo cursos gratuitos de: Recepção em Hotelaria; Assistente de Logística; Auxiliar Administrativo; Assistente de Recursos Humanos, Informática Básica; Jovem Aprendiz; Camareira; Auxiliar de Cozinha; Noções de Direito Previdenciário; Espanhol Básico I e II; Inglês Básico I e II, Libras Básico I e II, Intermediário e Avançado com turmas exclusivas para pessoas surdas e ouvintes; Pré ENEM; cursos remotos e presenciais com parcerias de instituições públicas e privadas, além de palestras, workshops e projetos integradores nas comunidades ribeirinhas e quilombola existentes no município do Ipojuca e o encaminhamento para o mercado de trabalho, por meio de parcerias públicas e privadas, merecendo destaque a parceria com rede hoteleira local, bem como instruiu e incentivou empreendedorismo e conhecimento que fortalece o currículo dos/as participantes.

O Centro Municipal de Educação Profissional – CEMEP, foi instituído pelo Decreto N°227/2015 e tem como fundamentos: a inclusão social, a igualdade de gênero, o empreendedorismo, a qualificação profissional e o fortalecimento dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - ODS, princípios basilares para o exercício pleno da cidadania por meio de cursos, palestras e projetos.

O CEMEP é executor do programa municipal de educação e qualificação profissional e está em consonância com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB, a Base Nacional Comum Curricular- BNCC, os Parâmetros Curriculares Nacionais -PCNs, o Currículo Referência do Ipojuca- CRI, o Programa Municipal de Gestão- PMG, o Programa Municipal de Educação- PME e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável- ODS.

O projeto Qualifica/CEMEP é destinado aos/às cidadãos/ãs ipojuicanos/as residentes ou domiciliados/as no município do Ipojuca, com idade mínima de 14 anos; estudantes, concluintes ou egressos do ensino superior, médio e fundamental, comunidades LGBTQIA+, comunidades tradicionais (quilombolas, ribeirinhos, pescadores(as) e marisqueiras), mulheres em situação de vulnerabilidade social; Trabalhadores/as das áreas urbana e rural do município; microempreendedores/as e empregadores/as individuais do município; beneficiários de programas de transferência de renda; adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas; servidores públicos municipais.

A missão do projeto é promover uma educação voltada para a inclusão social, a igualdade de gênero, a cidadania, a qualificação profissional, o empreendedorismo e alcance dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável para os/as cidadãos/ãs ipojuicanos/as, levando-os/as a construir sua história com responsabilidade, dignidade e autonomia, contribuindo para uma sociedade mais justa, sustentável e igualitária.



A estrutura administrativa/pedagógica da Escola Social CEMEP é composta por: Diretoria de Educação Profissional; Gerência Educacional de Parceiros; Gerência de Qualificação de Projetos; Coordenação Educacional; Coordenação de Qualificação e Projetos; Auxiliares Administrativos; Docentes e Auxiliares de Serviços Gerais.

Diante do exposto, a presente pesquisa tem como objetivo descrever as ações do projeto Qualifica/CEMEP e apresentar os resultados evidenciando a importância da qualificação profissional como política pública educacional e a inserção no mercado de trabalho.

A pesquisa traz, em suma, relatos de experiências vivenciadas pelo projeto Qualifica/CEMEP e percorreu uma metodologia qualitativa descritiva a partir de estudos sobre as ações realizadas e seus reflexos para a sociedade ipojucana.

METODOLOGIA

Este artigo trata de um estudo descritivo, com abordagem qualitativa, tipo relato de experiências, originado de uma pesquisa documental referente aos cursos ofertados pelo projeto Qualifica / CEMEP no período 15/03/2021 a 05/11/2022. De acordo com Gil (2008), a pesquisa qualitativa tem interesse na aplicação, utilização e consequências práticas do conhecimento gerado em uma determinada realidade.

Para a constatação dos dados foram realizadas pesquisas nos registros de cursos ofertados, matrículas e entrega de certificados. Foram fornecidas pela diretoria do CEMEP, planilhas elaboradas no Microsoft Excel, com as informações sobre os cursos, os docentes e os cursistas. Além da pesquisa documental *in loco*, foram realizadas pesquisas nos sites e redes sociais oficiais da prefeitura do Ipojuca que serviram para embasar a pesquisa concernente à visibilidade e imagens. Para proporcionar melhor compreensão científica foram realizadas pesquisas bibliográficas em periódicos que versam sobre o tema de qualificação profissional e temas afins ao da base bibliográfica.

REFERENCIAL TEÓRICO

SURGIMENTO E DIMENSÕES DA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL



De acordo com Silva e Fratucci (2021), a qualificação profissional surgiu em 1946, após a Segunda Guerra Mundial, fomentando a importância no desempenho das sociedades capitalistas e em suas respectivas políticas públicas. No Brasil, a discussão sobre educação e qualificação profissional teve início com o período de aceleração da industrialização, ditado pelo processo de substituição de importações. A educação pública, então, não tinha capacidade de responder, com a rapidez requerida às necessidades do mercado de trabalho emergente e específicas de cada novo ramo industrial. É nesse contexto que o governo promove a expansão do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI e do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC, para prover a capacitação da força de trabalho na quantidade e qualidade exigidas (VIEIRA; ALVES, 1995).

Ao longo das últimas décadas, a qualificação profissional tem aparecido como requisito aos que buscam ser inseridos no mercado de trabalho (LEMOS; DUBEUX; PINTO, 2009), reforçando a necessidade de aproximação entre ensino e trabalho (GUIMARÃES DOS SANTOS, 2013). Tal valorização da formação profissional que se difunde no Brasil é reflexo, em grande parte, do debate existente em âmbito internacional acerca da crise do mercado de trabalho, o qual é reverberado por organismos como a Organização Internacional do Trabalho e o Banco Mundial. Debate esse que tem sido pautado pela ênfase na necessidade de novos perfis profissionais que passam a ser demandados no novo contexto de céleres avanços tecnológicos (LEMOS; DUBEUX; PINTO, 2009).

A qualificação possui três dimensões: política, educativa e de trabalho. A aplicabilidade de cada dimensão é amplamente variável (Silva, 2020). Sendo assim, a qualificação profissional fortalece o processo pleno da cidadania e a inserção no mercado de trabalho.

A dimensão política da qualificação profissional é caracterizada pela disputa de interesses entre atores sociais envolvidos (SILVA; FRATUCCI, 2021). De acordo com Frey (2000) a política é formada por uma relação recursiva entre as instituições, a disputa de interesses e as políticas públicas.

A dimensão educativa diz respeito ao processo de ensino-aprendizagem. No atual contexto de modificações no mundo do trabalho, o papel da educação estaria sendo revalorizado, apesar de apresentar bases diversas das da década de 1960, quando era associada ao crescimento econômico e à integração social dos indivíduos. A crise do capitalismo avançado possibilitou que a educação assumisse um novo papel, não mais o de



promover o desenvolvimento econômico, mas sim de aumentar as chances individuais de inserção no mercado de trabalho (LEMOS; DUBEUX; PINTO, 2009).

A dimensão do trabalho está aliada à formação de profissionais e à empregabilidade. Nesse contexto a noção de empregabilidade, entendida como capacidade individual de disputar as possibilidades limitadas de inserção oferecidas pelo mercado de trabalho e de se ajustar a ele, ganha espaço e toma o lugar da garantia de emprego como direito social (NÁDER; OLIVEIRA, 2007; GENTILI, 2011). A empregabilidade passa a ser propagada como a nova alternativa dos indivíduos e, na era do fim do trabalho, a competência empregatícia flexível torna-se a possível garantia de sucesso no mundo laboral. Contudo, com um custo social que evidencia a natureza estruturalmente excludente dos novos tempos (GENTILI, 2011).

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL

As políticas públicas, especialmente na área da educação profissional, são desenvolvidas segundo a ordem produtiva articulada com uma configuração institucional, relações de poder e práticas sociais. Nesse sentido, tendem a se expressar nos processos de formação profissional e no nível de qualificação dos trabalhadores. As políticas públicas são construções sociais e históricas cujos determinantes são regulados pelo Estado e seus instrumentos jurídico-legais, as quais, no contexto em que entram na agenda, são formuladas, implementadas, monitoradas e avaliadas (SANTOS; SILVA; SILVA, 2020).

No Brasil, nas últimas décadas, tem se destacado, no campo da Educação Profissional, um significativo número de políticas e programas que assumem em seus objetivos e finalidades o compromisso de ofertar a integração da Educação Profissional. Os discursos que fundamentam essas políticas, em sua maioria, ancoram-se na possibilidade de oferta de uma integração embasada na concepção de educação e de sujeito a partir da sua totalidade histórica, pela mediação dos eixos: ciência, trabalho, tecnologia e cultura (FRIGOTTO, 2010).

Com a demanda do processo de industrialização desencadeada na década de 1930, em que se passou a exigir maiores e crescentes contingentes de profissionais especializados, tanto para a indústria quanto para os setores de comércio e serviços, foram baixadas por Decretos-Lei, as conhecidas “Leis Orgânicas da Educação Nacional”: do Ensino Secundário



(1942), do Ensino Comercial (1943); do Ensino Primário, Normal e Agrícola (1946). Paralelamente, foram criados o SENAI (1942) e o Senac (1946), visando à formação de profissionais para a indústria e o comércio. É desse período, também, a criação das escolas técnicas, a partir da transformação das escolas de artes e ofícios em 1942, como destaca (KUENZER, 2001).

Com a promulgação da Lei Federal nº 4.024/61, a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, classificada por Teixeira (1999) como meia vitória, mas vitória. Esta primeira LDB equiparou o ensino profissional, do ponto de vista da equivalência e da continuidade de estudos, ao ensino acadêmico. Deste modo, acabou por sepultar, pelo menos do ponto de vista formal, a velha dualidade entre ensino para elites condutoras do país e ensino para os desvalidos da sorte.

É importante ressaltar que todo o percurso histórico da Educação Profissional no Brasil foi marcado por lutas sociais das classes menos favorecidas e reformas e sofre até a atualidade das distorções herdadas pela profissionalização universal e compulsória do segundo grau, Lei 5.692/71, dada a segunda reforma da LDB/61, sendo classificadas como desastrosas em função de uma série de problemas até a sua revogação. A partir da LDB, foi institucionalizado o chamado ensino profissionalizante (CUNHA, 2014).

Em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394, estabeleceu a nova configuração da Educação Profissional, com posterior implantação do Programa de Reforma da Educação Profissional (PROEP), que repercutiu de maneira significativa na organização dos sistemas federal e estadual de ensino. O PROEP visou à melhoria e à ampliação da oferta por meio de parcerias com os Estados e instituições da comunidade, e segundo Menezes, (2001) propôs também a adequação e atualização dos currículos, com base nas demandas do mercado.

Nessa regulamentação da LDB, o presente decreto estabeleceu três níveis para a Educação Profissional. O Nível Básico foi destinado à qualificação e profissionalização de trabalhadores, independente de escolaridade prévia. O Nível Técnico foi destinado à habilitação profissional de estudantes matriculados e egressos do ensino médio e o Nível Tecnológico, destinado a egressos do ensino médio e técnico, correspondente a cursos de nível superior na área tecnológica (BRASIL, 1997).

O Plano Nacional de Educação configura-se como política de Estado que visa à articulação e à integração de ações das diferentes esferas federativas, conforme disposto no Art. 214 da Constituição Federal. A edição vigente (2014 a 2024) foi aprovada pela lei nº



13.005 de 25 junho de 2014 e apresenta um conjunto de diretrizes macro para a política educacional. Neste novo PNE destaca-se no artigo 8º que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de um ano, a contar de sua publicação, elaborem seus correspondentes planos de educação, em consonância com as diretrizes que se estruturam em 20 metas e 254 estratégias a serem operacionalizadas. O artigo 2º, parágrafo V do PNE (2014- 2024). O artigo trata da formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade (BRASIL, 2014).

Vale lembrar que a definição de política pública de expansão da Educação Profissional assume a concepção de educação entendida como formação do cidadão/estudante/trabalhador (GARCIA, 2009). No entanto, estes estudantes precisam ter acesso aos saberes técnicos e tecnológicos e histórico-sociais pela via escolarizada, em contraposição à perspectiva de formação como adaptação às demandas do mercado, do capital e dos padrões de empregabilidade. Portanto, para superar a formação centrada na prática é necessário tomar o trabalho como princípio educativo articulando multiculturalidade e consideração das categorias diversidade cultural e inclusão social na formação profissional nos cursos técnicos com vistas à formação humana e emancipatória dos estudantes (VEIGA-NETO, 2003).

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E INCLUSÃO SOCIAL

O ensino profissionalizante está - e sempre esteve - relacionado diretamente com o mercado de trabalho. Esses orientam o sentido ético dos processos formativos e educacionais “os processos educacionais e formativos se veem dissolvidos nas exigências imediatas da apropriação de instrumentos e técnicas recomendadas para uma maior eficiência e produtividade, obliterando, portanto, a interação com o processo da autoformação” (SANTOS, 2001, p.24). Ao longo da história os empresários do setor industrial, economistas e sociólogos – culpam o sistema educacional pelos entraves ao desenvolvimento social, mas, ao mesmo tempo, estes contrapõem a quantidade à qualidade da educação (FRIGOTTO, 2008).

Desde sua origem na educação brasileira, a formação técnica profissional aparece quase estéril quando provocada e articulada aos movimentos para uma educação que promova transformações sociais por meio de formação crítica e emancipatória. Mediante a necessidade da superação dessa concepção de formação profissional e, principalmente, pela necessidade de termos uma educação multicultural em uma dimensão crítica que privilegie as



relações entre direitos humanos, diferenças, diversidade cultural e inclusão social, justificamos a motivação e a importância de nosso trabalho na pretensão de evidenciarmos a busca por uma formação - em todas as modalidades de ensino - que nos coloque no horizonte da afirmação da dignidade humana num mundo que parece não ter mais essa convicção como referência (BRAZ; ARAÚJO, 2021).

As transformações que ocorreram na educação profissional - assim como na educação em geral em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino - estão relacionadas ao mercado de trabalho e aos interesses políticos (PAIVA, 2003). A manutenção da divisão do trabalho, a flexibilização da produção e a detenção dos meios de produção por uma pequena e privilegiada parcela social prima pela organicidade do capitalismo em seus fundamentos e da globalização da economia como orientadora das políticas implementadas nos diferentes setores da sociedade, entre os quais, o educacional.

A educação profissional, por mais paradoxal que possa parecer à primeira vista, precisa considerar, a inclusão social na formação de com vista à liberdade e a emancipação como ponto de chegada fomentadas pelas pedagogias descoloniais e pedagogias culturais dado que as práticas pedagógicas e o processo de formação educacional estão articulados à produção cultural e construção de significados. É preciso pensar e agir numa educação que contemple as diversidades culturais e a inclusão social numa perspectiva emancipatória e progressista. Uma escola que esteja ancorada no respeito e valorização das diferenças humanas livres dos processos de hierarquização, opressões e colonização. As dimensões são como lentes sob as quais podemos identificar, assimilar, compreender, analisar e refletir sobre a sociedade e a educação a partir das categorias diversidade cultural e inclusão social (ARAÚJO, 2014).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O projeto vem favorecendo o desenvolvimento sustentável através da educação integral e suas múltiplas dimensões de saberes e fazeres relevantes no processo de implementação da agenda 2030 local . Os cursos de qualificação profissional são certificados, permitindo assim, conhecimentos práticos e teóricos para o currículo individual dos/as participantes, bem como a ingresso no mercado de trabalho por meio de parcerias públicas e privadas, contribuindo assim para a formação humana dos/as munícipes, criando e recriando boas práticas de vivências de cidadania, equidade, inclusão e transformação social.



Com o projeto foi possível aprender a lidar com as diferenças e singularidades sob o viés da promoção do processo de humanização balizada, sobretudo, nos princípios de direito humano, qualidade, equidade, inclusão, transformação social e formação integral dialogando com as diversidades no planejamento e execução de políticas públicas eficientes com a participação social local em busca do equilíbrio social, ambiental e econômico.

Mesmo diante dos agravantes causados pela Pandemia da COVID-19, de acordo com os dados pesquisados, no período 15/03/2021 a 05/11/2021, O CEMEP seguiu todos os protocolos da Organização Mundial da Saúde e promoveu cursos de qualificação profissional no formato remoto e presencial para dois mil quinhentos cidadãos/ãs ipojucanos/as.

Os cursos foram ofertados por profissionais habilitados/as para cada área específica. A carga horária variou de 40h a 60h, a depender do curso. Além dos conteúdos específicos de cada curso, foram trabalhados de forma interdisciplinar: ética, responsabilidade socioambiental, honestidade, solidariedade, compreensão, confiança, respeito, dignidade, empatia, sororidade, igualdade de gênero e desenvolvimento pessoal.

As etapas seguidas para a realização dos cursos foram: em março de 2021/2022, divulgação por meio das redes sociais oficiais da prefeitura, abril, inscrições por meio de formulários *online* e início dos cursos de forma remota pelo *Google Meet*. De julho a novembro de 2022, os cursos aconteceram de forma presencial no prédio onde funciona a escola social CEMEP.

Os principais indicadores alcançados foram: a elevação da escolaridade com a qualificação profissional, a inserção no mercado de trabalho, a igualdade de gênero e o enfrentamento das vulnerabilidades dos diferentes grupos sociais.

Os cursos ofertados viabilizados pelo projeto geraram melhorias nas condições sociais, ambientais e econômicas, pois os/as cidadãos/ãs foram qualificados e preparados para o atendimento das demandas decorrentes dos investimentos produtivos municipais, as obras estruturais, as necessidades turísticas, culturais e ambientais, o empreendedorismo individual e coletivo, a economia solidária, o incremento da capacidade de geração de renda e os programas especiais de inclusão produtiva. Cerca de cem estudantes ingressaram no mercado de trabalho em diversas áreas, merecendo destaque o setor de hotelaria, que representa um dos principais segmentos da economia local.

O projeto Qualifica/CEMEP recebeu o Prêmio Internacional Destaque Nordeste 2022; Selo de Qualidade Nacional/Instituto Geração Crescer SP/2021 e 2022; Participação no Intercâmbio de Experiências para Territorialização e Aceleração dos Objetivos de



Desenvolvimento Sustentável (ODS), que é uma iniciativa do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), com o apoio da Petrobras/2021 e a apresentação do Projeto Jardim Ecopedagógico Agroflorestal , no Laboratório de Governança da Instituição SILO-Arte e Latitude Rural(Resende/RJ) 2022.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os principais fatores que contribuíram para o sucesso dos cursos foram: os investimentos financeiros, materiais e humanos pela gestão pública local e pelos os parceiros envolvidos, a divulgação, as inscrições e a frequência dos estudantes nos cursos. As principais barreiras vencidas foram: o enfrentamento da pandemia e a articulação de parcerias.

O diferencial dos cursos ofertados pelo projeto foi trabalhar a formação profissional e a inclusão social de forma emancipatória, na perspectiva de formar cidadãos/ãs qualificados para o mercado de trabalho e para a vida em sociedade, promovendo assim a equidade na aplicabilidade das políticas públicas educacionais.

REFERÊNCIAS

ALVES, E. L. G; VIEIRA, C. A. S. Qualificação Profissional: Uma proposta de política pública. Brasília: IPEA. **Planejamento e Políticas Públicas nº 12, jun/dez de 1995.** Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=3489. Acesso em: 09 de junho de 2023.

ARAÚJO, R. M. L. Práticas pedagógicas e ensino integrado. Revista **Educação em Questão**, Natal, v. 52, n. 38, p. 61-80, 2015.

BRASIL. Planalto. Presidência da República. Decreto de Lei nº 2.208, de 17 de abril de 1997. **Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d2208.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%202.208%2C%20DE%2017%20DE%20ABRIL%20DE%201997.&text=Regulamenta%20%20%C2%A7%20%20%C2%BA,e%20bases%20da%20educa%C3%A7%C3%A3o%20nacional. Acesso em: 20 jun. 2023.

BRAZ, A. C. A. R; ARAÚJO, K. T. **A inclusão social e a diversidade cultural no ensino técnico profissional.** Disponível em: <https://rdu.unicesumar.edu.br/bitstream/123456789/9038/1/Ana%20Carolina%20de%20Athyde%20Raymundi%20Braz.pdf>. Acesso em: 10 de junho de 2023.



FREY, K. Políticas públicas - um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**, 21, p. 211-259, 2000.

FRIGOTTO, G. Educação, Crise do Trabalho Assalariado e do Desenvolvimento. *In*: FRIGOTTO, G. (Org.). Educação e Crise do Trabalho: perspectivas de final de século. **Petrópolis**, RJ: Vozes, 2011, p. 25-54.

GARCIA, S. R. O. A Educação profissional técnica de nível médio integrada ao ensino médio: obstáculos e avanços na rede pública do Paraná. 2009. Tese. **Universidade Federal do Paraná**, 2009.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6ª Ed. São Paulo: **Atlas**, 2008.

GUIMARÃES DOS SANTOS, G. P. Juventude, Trabalho e educação: uma agenda pública recente e necessária. Por quê? *In*: MACAMBIRA, Jr.; ANDRADE, F. R. B. Trabalho e Formação Profissional: juventudes em transição. **Fortaleza**: IDT, UECE, BNB, 2013, p. 73-88.

KUENZER, A. Z. Ensino médio e profissional: as políticas do Estado neoliberal. 3. ed. São Paulo: **Cortez**, 2001.

LEMOS, A. H. C.; DUBEUX, V. J. C.; PINTO, M. C. S. Educação, empregabilidade e mobilidade social: convergências e divergências. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 7, n. 2, artigo 8, **Rio de Janeiro**, Jun. 2009, p. 368-384.

MARTINS, B. V; OLIVEIRA, S. R. Qualificação profissional, mercado de trabalho e mobilidade social: **Cursos superiores de Tecnologia. Sociedade, contabilidade e gestão**. Rio de Janeiro: UFRJ, v. 12 n° 2, maio/agosto de 2017. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/scg/article/view/13404>. Acesso em: 10 de junho de 2022.

NÁDER, F. M.; OLIVEIRA, L. B. Empregabilidade: Uma Análise Histórica e Crítica. *In*: Anais do XXXI Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração. **Rio de Janeiro**: EnANPAD, 2007, p. 1-15.

PAIVA, F. S. **Ensino técnico: uma breve história**. **Revista Húmus**, n. 8, maio/ago, 2013. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/revistahumus/article/view/1677>. Acesso em: 10 jun. 2023.

SANTOS, J. M. C. T.; SILVA, F. N. da; SILVA, L. L. S. **Política de educação profissional: o programa Brasil profissionalizado no contexto escolar**. *Educ. Form., [S. l.]*, v. 5, n. 13, p.



172–194, 2019. DOI: 10.25053/redufor.v5i13.1801. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/1801>. Acesso em: 10 jun. 2023.

SILVA, A. L. B; SOUSA, S. C; CHAVES, A. C. F; SOUSA, S. G. C; ANDRADE, T. M; FILHO, D. R. R. **A importância da Extensão Universitária na formação profissional: Projeto Canudos.** Recife: Rev. Enferm UFPE on line. 2019; 13:e242189. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/view/242189>. Acesso em: 09 de junho de 2023.

SILVA, I. C. M.; FRATUCCI, A. C. **Uma análise de discurso da política pública nacional de qualificação profissional em turismo.** Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo, São Paulo, 16, 2022, e-2250. Disponível em: <http://doi.org/10.7784/rbtur.v16.2250>. Acesso em: 10/junho/2023.

VEIGA-NETO. **Cultura, culturas e educação.** Revista Brasileira de Educação, n. 23. maio/ago. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbedu/n23/n23a01.pdf>. Acesso em: 10 jun 2023.